

selheira tutela (Assessora ACTERJ); Alessandsra Vaz - Associação Brasileira Terra dos Homens (Assistente Administrativo); Marcy Gomes - Associação Brasileira Terra dos Homens (Psicóloga); Kenia Costa - Instituto JCA e Fórum DCA Niterói (Assistente Social/Analista de Projetos - Secretária Executiva).

Na manhã de 30 de Julho de 2025, às 10h, realizou-se, de forma presencial na sede da Defensoria Pública no Centro do Rio de Janeiro, a Assembleia Ordinária do CEDCA/RJ com a presença de diversos conselheiros e convidados de entidades parceiras, incluindo adolescentes do CPA (Comitê de Participação de Adolescentes), com a seguinte pauta:

Aprovação da ATA da Assembleia Ordinária e Extraordinária de Junho

Tema: Estatuto da Criança e do Adolescente. Convidados: Adolescentes do Comissão de Participação de Adolescentes (CPA CEDCA RJ)

Solicitação de Publicação em D.O do edital de eleição sociedade civil e prorrogação do prazo para candidaturas

Deliberação Editais de Chamamento Público- Termo de Fomento e de credenciamento

Deliberação Comissão de Avaliação Projeto

Deliberação Comissão de Avaliação Chancela 7- Informes das comissões

A presidenta Mônica Alkmim deu início à reunião, saudando todos e destacando a importância do contato presencial para fortalecer o debate.

A pauta incluiu a aprovação das atas de junho, a análise de temas relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a publicação de editais, a criação de comissões e a atualização das ações do conselho.

Destaques principais:

Aprovação das atas: A secretária geral, conselheira Ana Paula Rodrigues informa que as atas foram enviadas para todos, mas não houve tempo suficiente para a leitura e destaques. Com isso, foi proposto que as atas das assembleias de junho (ordinária e extraordinária) e também a de julho fossem colocadas em votação na assembleia ordinária de agosto.

Quem concorda com a proposta apresentada?

Concordo (9) Discordo (0) Abstenção (0) Aprovada por unanimidade

Tema do Estatuto da Criança e do Adolescente: Adolescentes do CPA apresentaram um panorama histórico do ECA, destacando avanços e dificuldades na sua efetiva implementação. Ressaltaram o atraso na estrutura do CPA, que sofre com falta de recursos, transporte e apoio institucional, e leram uma carta de repúdio ao descaso com a participação de adolescentes nos espaços de controle social, também aprovada por unanimidade.

Quem concorda com a carta de repúdio e que seja encaminhada pelo CEDCA aos órgãos responsáveis/ demais autoridades?

Concordo (9) Discordo (0) Abstenção (0) Aprovada por unanimidade.

Participação dos adolescentes: Os jovens relataram dificuldades enfrentadas, especialmente na obtenção de recursos públicos para desenvolver efetivamente as ações do comitê, encontros presenciais, apresentação em assembleias do conselho, atividades e eventos externos. Destacaram a importância do CPA como espaço de protagonismo juvenil e reivindicaram maior reconhecimento e apoio do estado na estruturação e destinação de recursos fundamentais para seu funcionamento, reforçando o compromisso de fortalecer esse espaço de participação e cumprindo os marcos legais.

Publicação de editais e eleições: Foi aprovada a solicitação de publicar em D.O o edital de convocação para eleições da sociedade civil no próximo mandato do CEDCA, com a prorrogação do prazo de inscrições para 15 de agosto. Quem aprova a solicitação de publicação em D.O e redes do Cedca?

Concordo (9) Discordo (0) Abstenção(0) Aprovada por unanimidade

Também foram aprovados os editais de fomento e credenciamento de projetos, essenciais para a utilização de recursos públicos e aprovação de projetos de entidades que atuam com crianças e adolescentes.

Criação de comissões: Foram aprovadas, por unanimidade, as comissões de avaliação de projetos e de chancela, compostas por membros da sociedade civil e do poder público, com a missão de garantir transparência e lisura nas seleções.

Quem aprova as deliberações que cria a comissão de avaliação de chancela e a comissão de avaliação de projetos via editais?

Concordo (9) Discordo (0) Abstenção (0) Aprovada por unanimidade.

Atualizações das ações/ informes das comissões: Houve necessidade de atualizar diretrizes relativas a política estadual de prevenção e enfrentamento aos homicídios de crianças e adolescentes, com a proposta de divulgar a forma de acesso ao conteúdo integral nas redes do CEDCA, publicando uma versão resumida no Diário Oficial. A versão original também deve ser enviada por email.

A comissão socioeducativa avança na revisão do plano decenal do setor.

Participação e ausências: A equipe do conselho deve monitorar sistematicamente a frequência dos conselheiros nas assembleias, ficando o levantamento de conselheiros governamentais a cargo do vice-presidente, Sr. Arthur, e da sociedade civil pelo Fórum DCA RJ, com a previsão de inclusão na próxima ata. Nesta assembleia, por solicitação e deliberação da plenária, devido ausência do vice-presidente, foi encaminhado que a presidenta assine o email com este levantamento e pedindo informações sobre as ausências. Conselheira Sra Letícia sugere que na próxima ata seja colocado este levantamento e lido em assembleia, que fica registrado por todos/as.

Próxima assembleia: Ficou agendada para 27 de Agosto, preferencialmente em formato híbrido, com solicitação de espaço na sede da Defensoria Pública.

Encaminhamentos importantes:

Proposta apresentada pelos adolescentes para revisão do regimento interno do CEDCA, incluindo o CPA como instância permanente que compõe o conselho, visando fortalecer e estruturar o Comitê de Participação de Adolescentes.

Divulgação dos editais aprovados e prazos via plataformas oficiais e redes sociais.

Fortalecimento da participação dos adolescentes, com maior reconhecimento legal, estrutural e de recursos.

Definição do local e formato da próxima assembleia, buscando maior acessibilidade.

Monitoramento e registro do quadro de ausências dos conselheiros nas assembleias.

Ao final, a presidenta enfatizou a importância do fortalecimento do Conselho e do papel do CPA na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, destacando que a luta por efetivação deve continuar com mobilização, diálogo e recursos adequados. Processo nº SEI-310001/004010/2025.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2025

MÔNICA ALKMIM
Presidente do CEDCA/RJ

Id: 2679689

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

EXTRATO ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2025 - CONEPLIR/RJ

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta e cinco minutos, no Condomínio Maçônico, localizado na Rua Mariz e Barros, nº 945, Tijuca, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Estadual de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa - CONEPLIR/RJ, sob a presidência do Sr. Og Sperle. A reunião foi preparada pelos Secretários Executivos do Conselho: Salete Gomes e Joaquim Gomes. Estiveram presentes membros titulares e suplentes do Conselho, além de representantes da sociedade civil e convidados. O presidente declarou aberta a sessão e deu início aos trabalhos com a seguinte pauta: 1- Aprovação da última ATA; 2- Situação da elaboração do CNPJ do Conselho; 3- Casos de Intolerância Religiosa que nos chegaram e as providências do Coneplir; 4- Apresentação dos novos Conselheiros; 5- Cerimônia de Posse dos novos Conselheiros; 6- Assinatura da Carta Compromisso com a Secretaria de Estado da Mulher; 7- Elaboração da Nota Técnica sobre a entrada de ministros religiosos dentro dos Hospitais do Estado; 8- Elaboração da LDO 2026 para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; 9- Elaboração do material para exposição permanente sobre as religiões que compõem o Coneplir; 10- Explanação sobre reunião com a Secretária da Secretaria de Direitos Humanos de Niterói e 11- Assuntos Gerais. Inicialmente, foi submetida à apreciação dos presentes a Ata da reunião anterior. Após leitura e breve discussão, a mesma foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas ou alterações. Em seguida, foi discutida a situação da

elaboração do CNPJ do Conselho. O Presidente Og Sperle informou que o processo foi levado para a secretaria de Direitos Humanos e que, segundo a orientação, teremos que aguardar o parecer jurídico da instituição. Na oportunidade, conversamos sobre o regimento do Conselho e as tratativas para que passe de conselho consultivo para conselho deliberativo, assim como a possibilidade de ter recursos para as atividades. O Grão-Mestre da GLMERJ, Sereníssimo José Ricardo Salgueiro de Castro, que ofereceu o Condomínio da da GLMERJ e acolheu o Coneplir para a realização da presente Assembleia, deu as boas-vindas a todos. Nessa pauta da elaboração do CNPJ, disse que a questão está no artigo 1º do DECRETO Nº 46.221 que diz: Fica instituído, sem aumento de despesas, o Conselho Estadual de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa (CONE-PLIR/RJ). O primeiro passo seria retirar sem aumento de despesas. O terceiro item tratou dos casos de intolerância religiosa recebidos pelo CONEPLIR e as providências tomadas. Foram relatados três novos casos ocorridos nas regiões metropolitana e baixada fluminense, envolvendo depredação de terreiros e agressões verbais. O Conselho já encaminhou notificações para os órgãos competentes e acompanha dando suporte às vítimas. Decidiu-se pela intensificação de campanhas educativas nas redes sociais e em comunidades mais vulneráveis. Prosseguindo, foram apresentados oficialmente os novos conselheiros indicados por entidades religiosas diversas, que representarão suas tradições religiosas. Compondo a representação dos Fé Baha'i, como titular, Aurélio Gehard Gama e como suplente Marilucia Ribeiro Pinheiro. Compondo a representação do Candomblé, como titular, Sandro de Souza e como suplente Leandro Cezar Menezes Pereira. Compondo a representação de Outras Matrizs Africanas, como titular, Fabio Soares Bastos. Ao final da reunião, foi realizada a solene cerimônia de posse, na qual os novos membros assumem o compromisso perante a assembleia, comprometendo-se a defender a liberdade religiosa e os princípios do Conselho. Posteriormente, foi refletida sobre a Carta Compromisso com a Secretaria de Estado da Mulher, o 2º secretário Alexandre informou o acréscimo sugerido pelo conselho acrescentando o CONEPLIR como organismo comprometido com a superação de todas as violências contra a mulher, trabalhando em parceria para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas ao acolhimento de mulheres vítimas de intolerância religiosa e à promoção de políticas públicas intersetoriais. No sétimo ponto, debruçou-se sobre a elaboração de uma Nota Técnica que regulamente a entrada de ministros religiosos em hospitais do Estado. Foi constituído um grupo de trabalho para redigir uma minuta que garanta o direito à assistência espiritual aos internos, respeitando os protocolos sanitários e a diversidade de crenças. O prazo para apresentação do documento foi estipulado para a próxima reunião. Discutiu-se, ainda, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2026, destinada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Os conselheiros reforçaram a necessidade de incluir verba específica para programas de combate à intolerância religiosa, capacitação de agentes públicos e manutenção do próprio CONEPLIR. As sugestões serão consolidadas em um ofício a ser encaminhado à secretaria. Quanto nono item, tratou da elaboração de material para uma exposição permanente sobre as religiões que compõem o Conselho. A proposta é criar um acervo educativo com símbolos, textos e audiovisuais que representem a diversidade religiosa do Estado, a ser utilizado em nossas reuniões e nos eventos do CONEPLIR. Foi formada uma comissão para levantar recursos e curadoria, o 1º secretário Brunno Alves ficou de apresentar uma proposta na próxima reunião. Em seguida, o presidente fez uma explanação sobre a reunião mantida com a Secretária de Direitos Humanos de Niterói, na qual foi pactuada a realização de um fórum regional sobre liberdade religiosa ainda este ano, com o objetivo de descentralizar as ações do Conselho e fortalecer o diálogo com os municípios. Por fim, nos assuntos gerais, foram tratados pontos como a organização do InterFé na OAB e a participação do CONEPLIR em audiências públicas na Assembleia Legislativa que trate de questões religiosas. ESTIVERAM PRESENTES: o presidente Og Azevedo Sperle e a conselheira Ariadne G. Pinheiro, da União Wicca do Brasil, o vice-presidente Justino Carvalho Neto, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, o conselheiro Luiz Gustavo Barbosa, da Ordem dos Advogados do Brasil, o conselheiro Ubiratan de Oliveira Angelo, da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro - GLMERJ, a conselheira Sandra Constâncio Nunes de Lima, da Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, o conselheiro Rafael Soares de Oliveira, da Koinonia Presença Ecológica e Serviço, o conselheiro Brunno Cesar Costa Alves e a conselheira Verônica Nogueira de Souza Pimentel, da Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, a conselheira Izaide Ribeiro de Faria, da Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, a conselheira Bruna Lessa Vidon, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, a conselheira Athamis B. de Souza, do Centro Nowa Cumig de Tradições Nativas - CNC, o conselheiro Saidul Rahman Mahomed, da Sociedade Beneficente Mulçumana, o conselheiro Alexandre Pereira da Silva, do Conselho Espírita do Estado do Rio de Janeiro - CEERJ e a secretária do Coneplir, conselheira Marilucia Pinheiro, da Assembleia Espiritual Local dos Bahá'is do Rio de Janeiro, o conselheiro Sandro de Souza e o conselheiro Leandro Cezar Menezes Pereira, do Candomblé-Ile Ifa, o conselheiro Fabio Soares Bastos, da Comunidade Ifa, o Conselheiro Paulo Siciliano Aieta, da Secretaria de Estado de Polícia Civil e a secretária Salete Gomes, do Coneplir. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: o conselheiro Éder Beling, do Sínodo Sudeste IECLB, o conselheiro David Gomes Pereira, da Convenção Evangélica Casa de Oração. O conselheiro Carlos Marcelo C. de M. Silva, do Instituto Internacional Carta Magna da Umbanda RJ, o conselheiro Marcelo Vacute, da União Cigana do Brasil, a conselheira Tania Amorim de Barros, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, a conselheira Ana Luiza Grillo Balassiano, da Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro- ARI, o conselheiro Nelson Augusto dos Santos Águia, da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, a conselheira Maria Helena Oliveira Lemos (Kunti dd), da Iskon Sociedade Internacional para Ciência de Krishna do Rio de Janeiro e o conselheiro Ihtsham Ahmad Moman, da Associação Ahmadia do Islã no Brasil. ESTIVERAM PRESENTES COMO CONVIDADOS: Felipe Adams Duarte Costa, Thiago Luiz Alves dos Santos, Carlos Bruno Vinhais, Bruno Alves Gregório, Carlos Alberto do Nascimento, Fábio S. de Assis e José Ricardo Salgueiro de Castro. AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS: não houve. Nada mais havendo a tratar, a assembleia ordinária foi encerrada às 16:28h. Não havendo mais nada a tratar, o presidente encerrou a reunião às 16h 30min. Após leitura e aprovação na próxima assembleia, a ata seguirá para publicação no DOERJ. Processo nº SEI-310001/004108/2025

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 2025

OG AZEVEDO SPERLE
Presidente do CONEPLIR/RJ

Id: 2679684

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

DESPACHO DA PRESIDENTE
DE 17.09.2025

PROCESSO Nº SEI-310003/000591/2025 - DEFIRO, em caráter permanente, o pedido de Isenção de Imposto de Renda, de acordo com Laudo Médico, nos termos do Parecer exarado pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Estado do Rio de Janeiro, à servidora, ora beneficiária, TANIA TALIA MAZZEO NORTE, servidor (a) pertencente ao Quadro Suplementar de Pessoal desta Fundação Leão XIII, no cargo de Técnico de Nível Superior - Médico, matrícula nº 1802633-6, Id. Funcional nº 8758646, conforme o disposto nas Leis nº 7713/1988 e nº 11.052/2004.

Id: 2679632

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

DESPACHO DA PRESIDENTE
DE 17.09.2025

PROCESSO Nº SEI-310003/000303/2025 - DEFIRO, em caráter permanente, o pedido de Isenção de Imposto de Renda, de acordo com Laudo Médico, nos termos do Parecer exarado pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Estado do Rio de Janeiro, à servidora, ora beneficiária, ANA LUCIA LIMA GOMES, pertencente ao Quadro Suplementar de Pessoal desta Fundação Leão XIII, no cargo de Técnico de Nível Superior - Técnico em Assuntos Culturais, com matrícula nº 1805193-8 e Id. Funcional nº 21389829, conforme o disposto nas Leis nº 7713/1988 e nº 11.052/2004.

Id: 2679715

Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 16.09.2025

PROCESSO Nº SEI-300001/001448/2022 - Atendendo ao disposto no Parágrafo Único do art. 18º da Resolução SEELJE nº 172/2019, **APROVO** a Prestação de Contas do Projeto Esportivo Incentivado mencionado abaixo:

Patrocinador: Lojas Riachuelo S/A
Projeto: Rainha do Mar
Proponente: Effect Esporte e Entretenimento LTDA.
CNPJ: 09.452.548/0001-47.
Valor Total: R\$ 304.288,03 (trezentos e quatro mil, duzentos e oitenta e oito reais e três centavos).

Id: 2679570

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO CORREGEDOR-GERAL
DE 28/08/2025

PROCESSO Nº SEI-320001/001662/2025 - O CORREGEDOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência delegada por meio do art. 1º, inciso III da Resolução GCE Nº 147/2022, **ÁCOLHE INTEGRALMENTE**, pelos seus próprios fundamentos e como razões de decidir, o Relatório Final da Comissão de Sindicância Investigativa, nomeada mediante a Portaria CGE/CORREG nº 1310, de 21 de julho de 2025 (SEI nº 105063040), e **DECIDE PELO ARQUIVAMENTO** do presente Processo, em razão de não haver sido constatado dolo, má-fé ou omissão intencional por parte dos agentes públicos envolvidos

Id: 2679449

Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 16/09/2025

PROCESSO Nº SEI-150002/001313/2025 - Vinculação de Placa Particular - GOVERNADORIA DO ESTADO. **AUTORIZO**, nos termos do Decreto nº 47.805, de 20.10.2021.

PROCESSO Nº SEI-270005/001457/2025 - Vinculação de Placa Particular - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL. **AUTORIZO**, nos termos do Decreto nº 47.805, de 20.10.2021.

Id: 2679537

Secretaria de Estado de Transformação Digital

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETD Nº 106 DE 17 DE SETEMBRO DE 2025

DESIGNA, SEM AUMENTO DE DESPESAS, SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBA DO SUL PARA EXERCEREM A FISCALIZAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 22/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pelo art. 148 da Constituição Estadual; pela nomeação feita pelo Decreto Estadual de 18 de dezembro de 2024; e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-430001/001961/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores da Secretaria de Estado de Transformação Digital (SETD) e da Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul na forma do disposto na "CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO" do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) n.º 22/2025, visando a disponibilização e sustentação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Art. 2º - A composição dos representantes será a seguinte:
I - Pela Secretaria de Estado de Transformação Digital (SETD):
a - FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA - ID Funcional: 05000337-2
II - Pela Prefeitura do Município de Paraíba do Sul:
a - KEYLA WENCESLAU DA CUNHA MARQUES - Matrícula: 025765

Art. 3º - Fica estabelecido que os representantes indicados serão responsáveis para exercerem a fiscalização da execução do objeto do Acordo de Cooperação Técnica n.º 22/2025, celebrado entre ambas as partes.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2025

FERNANDO BRAGA MARTINS
Secretário de Estado

Id: 2679682

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS
SUBSECRETARIA DE FINANÇAS

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO INTERINO
DE 15.09.2025

PROCESSO Nº SEI-330001/001126/2025 - RECONHECO A DÍVIDA a favor de MARLENE DE OLIVEIRA SOUZA, Id. Funcional n.º 1919744-6, com base no Decreto Estadual nº 48.244, de 04 de novembro de 2022, regulamentado através da Resolução SECC nº 91, de 28 de março de 2023, especialmente art.3º, inciso IV, no total de R\$ 119.261,67 (cento e dezenove mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos), para arcar com despesas de indenização, referente ao requerimento administrativo acerca de conversão em pecúnia de férias ou licenças-prêmio não usufruídas, conforme os documentos acostados nos autos do presente administrativo. Ato praticado em consonância com a Resolução SEIOP nº 612, de 13 de março de 2024.

Id: 2679667